

INFLUÊNCIA PRÉ-SOCRÁTICA E PLATÔNICA NA CONSTITUIÇÃO DA LÓGICA ARISTOTÉLICA

RESUMO: O presente artigo trata da influência exercida por filósofos antecedentes sobre o desenvolvimento da lógica por Aristóteles, iniciando com Parmênides de Eleia e dando ênfase à dialética platônica como sua principal predecessora. Para tanto, são abordados dois aspectos da analítica aristotélica: a teoria da predicação e a teoria da argumentação. São feitos apontamentos sobre o desenvolvimento da dialética como desdobramento da doutrina eleática do ser e como método de pesquisa para a metafísica platônica; as doutrinas aristotélicas da predicação e da argumentação silogística são, por sua vez, explicitadas como amadurecimento e reflexão crítica dessas práticas de seus antecessores.

Palavras-chave: Aristóteles. Lógica. Predicação. Argumentação. Influências filosóficas.

PRESOCRATIC AND PLATONIC INFLUENCE ON THE CONSTITUTION OF ARISTOTELIAN LOGIC

ABSTRACT: This article deals with the influence exerted by earlier philosophers on Aristotle's development of logic, starting with Parmenides of Elea and emphasizing Plato's dialectic, as it was his main predecessor. To this end, two aspects of Aristotelian analytics are addressed: the theory of predication and the theory of argumentation. Notes are made on the development of dialectics as an unfolding of the Eleatic doctrine of being and as a research method for Platonic metaphysics; the Aristotelian doctrines of predication and syllogistic argumentation are, in turn, made explicit as a maturing and critical reflection of these practices of their predecessors.

Keywords: Aristotle. Logic. Predication. Argumentation. Philosophical influences.

Introdução

O objetivo do presente artigo é fazer alguns apontamentos sobre a dívida especulativa, conceitual, que a lógica aristotélica tem para com os esforços reflexivos de seus antecessores no contexto da filosofia grega pré-socrática e platônica. Por lógica entende-se aqui a analítica aristotélica, isto é, o conjunto de doutrinas sobre a linguagem, a argumentação e a metodologia científica presente nos seis tratados do *Órganon*. Se dividirão em dois campos os apontamentos a serem feitos sobre como conceitos

filosóficos e abordagens metodológicas de pensadores pré-socráticos e platônicos influíram sobre o estagirita: a teoria da predicação e a teoria da argumentação.

Aristóteles foi, sem dúvida, o fundador da lógica como disciplina, mas não o primeiro a praticar discursos lógicos, o primeiro a argumentar. Realizou esse empreendimento filosófico por meio do amadurecimento, por um lado, e da crítica, por outro, do que seus predecessores pensaram e praticaram a esse respeito. O maior de todos esses foi Platão (sem dúvida o mais determinante para o próprio estagirita, já que fora seu professor em Atenas); mas seguindo a devida cronologia, deve-se retroceder, na história que leva à construção da lógica aristotélica, até Parmênides de Eleia: pois é a descoberta do ser e a constituição do seu estudo, a ontologia, que possibilitam o surgimento da dialética, primeiramente a zenoniana. Platão, por fim, transformá-la-á em discurso científico, isto é, empregando-a como método para obtenção da *epistème*, o conhecimento das realidades inteligíveis, fontes das leis eternas que comandam o cosmo.

A dialética platônica, constituída essencialmente de dois procedimentos, *diaíresis* e *synagogé*, ambos com a finalidade de demonstrar como as Ideias (os conceitos universais, para Platão dotados de realidade ontológica autônoma) se especificam em outras mais particulares, possibilitará o surgimento da teoria aristotélica da predicação: primeiramente, no que diz respeito aos predicáveis, isto é, aos modos mais gerais de pertencimento de um predicado a um sujeito, podendo esses ser reduzidos a dois: predicação por si ou por concomitância, essencial ou accidental. Também a doutrina e o conceito mesmo das categorias, como pensadas por Aristóteles, dependerá desse princípio de divisão e recondução que tende a encontrar os gêneros máximos do ser e da linguagem. Por fim, essa estrutura predicativa e categorial da realidade será suficiente para explicar a necessidade da inferência silogística, que depende da conexão entre um sujeito e um atributo geral seu por meio de um terceiro termo, intermediário em sua extensão.

Propedêutica à lógica aristotélica

Aristóteles cataloga as ciências em três ramos: “[...] todo conhecimento racional é ou prático, ou produtivo, ou teorético [...]” (*Metafísica*, VI, 1, 1025b 25). A lógica não se encaixa em nenhum deles porque não é ciência, embora Aristóteles chegue a chamá-la

fortuitamente de ciência analítica: “Com efeito, é certo o que atrás dissemos, que a retórica se compõe, por um lado, da ciência analítica e, por outro, do saber político e relativo aos caracteres [...]” (Id. *Retórica*, I, 4, 1359b). No entanto, se fosse de fato ciência, só poderia estar entre as teoréticas, porém o próprio filósofo não a inclui nesse grupo: “Consequentemente, são os três ramos da ciência teorética: a matemática, a física e a teologia” (Id. *Metafísica*, VI, 1, 1026a 15). Ela é, na verdade, o instrumento (*organon*) para a pesquisa científica em qualquer campo do saber,¹ como pontua David Ross:

Segundo Aristóteles, as ciências dividem-se em teoréticas, práticas e produtivas. O propósito imediato de cada uma delas é o de conhecer, mas os seus propósitos últimos são, respectivamente, o conhecimento, a conduta e a produção de objetos úteis ou belos. A lógica, se a fizermos entrar nesta classificação, tem de ser incluída entre as ciências teoréticas; mas as únicas ciências teoréticas são as matemáticas, a física e a teologia ou metafísica; e a lógica não pode ser incluída em qualquer uma destas. De facto, segundo Aristóteles, ela é, não uma ciência substantiva, mas uma parte da cultura geral que cada um deve receber antes de iniciar o estudo de qualquer ciência, bem como a única capaz de ensinar-lhe a conhecer a espécie de proposições que requerem uma prova e qual a espécie de provas que são exigidas para essas proposições. Uma concepção similar encontra-se na aplicação da palavra *Organon* ou *instrumento* (subentendendo-se: da ciência) à doutrina lógica e, em última instância, à série de trabalhos lógicos de Aristóteles.²

Os escritos de Aristóteles sobre a analítica foram compilados por Andrônico de Rodes no *Órganon* e nele figuram como seis tratados: *Categorias*, *Sobre a Interpretação*, *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*. *Categorias* trata dos termos primeiros e mais amplos, que englobam todos os outros a serem utilizados em proposições. *Sobre a Interpretação* trata das proposições ou juízos. Os *Primeiros* e os *Segundos Analíticos* tratam do silogismo, respectivamente, do silogismo em geral e do científico. *Tópicos* trata da dialética e, por fim, o que era originalmente um

¹ Quanto ao termo “lógica”, embora não lhe seja estranho, não é assim que Aristóteles chama a disciplina; como visto, ele fala em termos de “ciência analítica” ou, simplesmente, “analítica”; “lógica” é nomenclatura posterior: “O nome *lógica* é desconhecido de Aristóteles, e não lhe podem ser encontrados traços antes da época de Cícero. Mesmo aí, *lógica* quer menos dizer lógica do que dialéctica. Alexandre é primeiro escritor a usar *λογική* no sentido de «lógica». O próprio termo de Aristóteles para este ramo do conhecimento, ou pelo menos para o estudo do raciocínio é «analítica». Primitivamente, isto refere-se à análise do raciocínio nas figuras do silogismo; mas talvez o possamos alargar de forma a incluir a análise do silogismo em proposições e destas em termos” (ROSS, D. *Aristóteles*, p.32, grifo do autor).

² Ibid. p. 31, grifo do autor.

apêndice seu, *Refutações Sofísticas* trata do tipo de argumentação falaciosa usada pelos sofistas. São inúmeros os elementos conceituais constituintes da lógica aristotélica dispersos nesses textos; nesta breve propedêutica só é possível dispor de alguns, dos mais relevantes para a finalidade aqui proposta: fazer apontamentos quanto às influências filosóficas que lhes permitiram o pleno desenvolvimento.

Antes de tudo, é necessário falar da teoria aristotélica da predicação, que é a temática principal de dois tratados, as *Categorias* e o *Sobre a Interpretação*, mas também figura de modo disperso no *corpus aristotelicum*, como em *Tópicos* I, 5-8 e *Segundos Analíticos* I, 4. Assim define Lucas Angioni: “Por predicação entende-se o enunciado que (i) possui a forma ‘S é P’ ou alguma forma equivalente e redutível àquela, (ii) pretende reportar-se a fatos dados no mundo”.³ De fato, a lógica lida não com discursos desiderativos ou imperativos, por exemplo, mas declarativos – no dizer de Aristóteles, *apophantikoi*; e tais discursos têm por finalidade descrever a realidade, o que põe em sobressalto o enfoque ontológico da concepção aristotélica da lógica. Aristóteles usa vocábulos diversos para o que conveniu-se chamar predicação, como *katégorêma* (predicação), *apophansis* (declaração), *protasis* (para referir-se às premissas do silogismo) e outros; em todos esses, o que há de comum é a pretensão descritiva e a estrutura predicativa, isto é, na qual se liga um sujeito a um predicado, por meio de *katáphasis* (afirmação): “S é P”; ou mesmo separa-se ambos por meio de *apóphasis* (negação): “S não é P”.

Em *Tópicos* I, 5, Aristóteles cataloga o que a tradição veio a chamar de os quatro predicáveis, isto é, os modos pelos quais um predicado se atribui a um sujeito: definição, gênero, propriedade, acidente. A definição (*horismós*) exprime a essência do sujeito e é um predicado conversível com ele, ou seja, é atribuição necessária a todo exemplar daquele sujeito e só o mesmo sujeito possui tal atribuição; por exemplo: a definição de homem é animal racional porque todo o homem o é e somente os homens podem sê-lo. A definição é um tipo de predicação composta de dois predicados: um gênero próximo mais uma diferença específica ou espécie;⁴ a diferença específica é muitas vezes

³ ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*, p. 17.

⁴ Gênero e espécie são conceitos relativos, porque um é definível apenas em relação ao outro, como afirma Lucas Angioni: “Em primeiro lugar, devemos notar que a demarcação entre gênero e diferença [específica]

apresentada como sinônimo da definição, uma vez que contém em si, isto é, na *sua própria* definição, o gênero próximo, no qual está incluída (todo exemplar daquela espécie pertence ao gênero da espécie, mas nem todo exemplar do mesmo gênero pertence àquela espécie). O gênero (*génos*) compõe a definição, mas é mais amplo que ela e, por isso, não conversível com o sujeito.

A propriedade (*ídon*) é um atributo conversível com o sujeito, tal qual a definição, mas distingue-se desta pelo fato de não ser essencial. E aqui é importante destacar uma outra característica do que é a essência (*eidós*) segundo Aristóteles: a essência de algo diz respeito ao conjunto de atributos que o definem por lhe serem conversíveis, mas não só, pois essenciais são, também, todos os atributos que constituem o que Aristóteles chama o substrato, que é um dos sentidos de *ousia* (substância), ou seja, “[...] o que é substrato último, o qual não é predicado de outra coisa [...]” (*Metafísica*, V, 8, 1017b 20-25). A essência de algo – de uma substância – é sempre o substrato (aquilo que está por baixo) de todas as suas determinações ontológicas, ou seja, a causa e a condição das demais atribuições por ele possuídas, de modo que sem a essência, o sujeito/substância não será ele mesmo, mas outro.

Fora a essência, outros predicados podem ser universal e necessariamente atribuídos a dado sujeito e somente a ele; mas não sendo causa da posse de ainda outros predicados, abstraindo deles, o sujeito permanece íntegro na sua essência: é o caso da

é relativa: ‘bípede’ é diferença de ‘animal’, mas, em relação a alguma especificação ulterior, pode ser assumido como gênero, a ser ulteriormente dividido por outras diferenças. Mesmo assim, o que permite a Aristóteles dizer que, em relação a ‘homem’, ‘animal’ é gênero e ‘bípede’ é diferença? Nada mais, a não ser um critério de extensão classificatória: o gênero é o grupo mais amplo, que envolve posteriores especificações, ao passo que a diferença é justamente aquilo que introduz no gênero uma especificação mais particular, que possui, obviamente, uma menor extensão classificatória” (Ibid. p. 38). Ambos são classificações de universais, ou seja, de conceitos que não representam um indivíduo, mas um conjunto deles, com base em características comuns. O gênero é sempre o gênero de uma espécie e, esta, a espécie de um gênero; o primeiro representa a classe de indivíduos mais ampla onde está contida a segunda, como uma classe mais restrita que a específica. Aristóteles fala em “gênero próximo” e “diferença específica” para acentuar o caráter relativo dos conceitos: um mesmo sujeito pode estar incluso dentro de uma numerosa série de classes que englobam em sequência umas às outras (este vermelho individual pertence à classe dos vermelhos, que pertence à das cores, que pertence à das qualidades). Portanto, importa deixar claro que o gênero próximo de uma espécie não é qualquer das inúmeras classes que a abrangem, mas aquela que primeiro o faz; uma diferença específica de um dado gênero não é qualquer das inúmeras espécies que se incluem em sequência (uma sendo espécie da outra) dentro dele, mas aquela que primeiro se diferencia. Uma vez que todas as classes mais abrangentes estão inclusas na definição daquelas mais restritas, o gênero e a espécie mais próximos do sujeito são suficientes para defini-lo; na verdade, a própria diferença específica confunde-se com a essência/definição.

propriedade.⁵ Resta o acidente (*symbebekós*), que se une ao sujeito sem qualquer grau de necessidade: é inteiramente fortuito, pode ou não pertencer-lhe. Por fim, é necessário dizer que a tábua dos predicáveis não é exaustiva: de fato, diversos estudos têm ressaltado que, ao longo de sua obra, Aristóteles trabalha com diversos outros modos de predicação.⁶ O que importa para o filósofo, sobretudo, é indicar que há coisas que são por si, e outras por concomitância, isto é, as qualidades que apenas analisam um sujeito porque o predicam essencialmente (como o gênero próximo e a definição), e outras que o predicam acidentalmente, ou seja, estão inerentes a ele sem com ele identificar-se (como o próprio⁷ e o acidente):

Assim, as predicções dividem-se, inicialmente, conforme o tipo de *unidade* que resulta da composição entre sujeito e predicado. Se tal composição nos fornece uma unidade heterogênea, constituída por dois fatores extrínsecos entre si, que jamais poderia ser reduzida à unidade já dada no sujeito, mas apresenta-se como algo novo, à parte das unidades respectivamente representadas no sujeito e no predicado, temos o tipo de predicação que exprime um *ente por concomitância*. Por outro lado, se temos uma unidade homogênea, na qual um dos fatores pode ser tomado como elemento do outro, ou melhor, se a unidade resultante da composição entre sujeito e predicado não é diversa da unidade já dada antecipadamente no sujeito, temos o tipo de predicação que exprime um *ente em si mesmo*.⁸

Outra doutrina fundamental da lógica do estagirita é a referente às categorias. Nas classes de seres existentes, pode-se progredir de gêneros mais particulares a mais universais, até chegar aos gêneros máximos, que não são subsumíveis entre si: as categorias. A mais completa enumeração delas consta de dez: “Cada uma das coisas ditas sem complexão significa ou substância, ou quantidade, ou qualidade, ou relação, ou onde, ou quando, ou estar em uma posição, ou ter, ou fazer, ou sofrer” (ARISTÓTELES, *Categorias*, IV, 1b 25). Essas categorias têm tanto valor lógico quanto ontológico. Para a ontologia, são os gêneros máximos do ser, pois tudo que existe ou é uma substância ou a

⁵ Aristóteles exemplifica isso ao afirmar que é próprio ao homem ser capaz de ler e escrever, uma vez que todos os homens, por natureza, o são, e somente os homens o são (*Cf. Tópicos*, I, 5, 102a 20). No entanto, esse predicado, além de não ser causa para nenhuma outra atribuição do homem, tem sua própria causa na racionalidade, que constitui sua essência (animal racional): trata-se, portanto, de predicado próprio, mas não essencial.

⁶ *Cf.* ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*, p. 28, 36-41.

⁷ Embora estes se atribuam ao sujeito por si, isto é, necessariamente, enquanto contrapredicáveis com ele.

⁸ ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*, p. 25, grifo do autor.

afecção de uma substância, podendo ser neste caso uma qualidade, uma quantidade, etc.: “Todas as outras categorias, com efeito, são predicadas da substância” (Id. *Metafísica*, VII, 3, 1029a 20). Para a lógica, as categorias são gêneros máximos dos termos usados nas predicções, por isso fala-se, na passagem das *Categorias* acima citada, de “coisas ditas sem complexão”, ou seja, os termos de uma proposição tomados isoladamente. Aristóteles conclui logo em seguida:

Cada uma dessas coisas, dita por si mesma, nada afirma, mas é pela complexão delas entre si que acontece a afirmação. Com efeito, toda a afirmação parece ser verdadeira ou falsa; e, das coisas ditas sem complexão, nenhuma é verdadeira ou falsa, por exemplo, homem, branco, corre, vence. (Id. *Categorias*, IV, 2a 4).

A possibilidade de a complexão ser verdadeira ou falsa se deve justamente à pretensão descritiva da predicção. Precisamente por isso pressupõe-se que há uma correspondência entre o âmbito do ser e o do *logos* do discurso, mas também porque, abstraindo de toda complexão, ambos têm a mesma estrutura categorial. Muito se discutiu sobre a gênese da doutrina das categorias. Tornou-se célebre a tese de F. A. Trendelenburg,⁹ segundo a qual Aristóteles as inferiu da morfologia da gramática grega, sendo cada categoria correspondente a uma classe gramatical. No entanto, devido à já referida ligação estrutural entre mundo real e mundo do discurso, assume-se na presente pesquisa a seguinte posição: “Devem ter contribuído as pesquisas lógicas, linguísticas, mas sobretudo deve ter sido decisiva a análise fenomenológica e ontológica”.¹⁰

Cada termo isolado de uma proposição representa um ente real que pode ser uma substância ou outra categoria; via de regra, o sujeito é uma substância porque as demais categorias são sempre afecções – portanto predicados – da substância. No entanto, a categoria da substância pode figurar como predicado quando este é uma definição, ou seja, exprime a essência do sujeito e por isso é-lhe conversível, identifica-se com aquilo que ele é. Sobre esses dois tipos de substância, Angioni comenta:

Aristóteles admite que há subjacentes primitivos que não se atribuem a um sujeito anterior. Nas *Categorias* (cf. 2a 11, 2b, 15 etc.), esses subjacentes recebem o título de “substâncias primeiras” (*prôtai ousiai*) e são identificadas aos indivíduos que subsistem por si mesmos e estão dados aos sentidos (este homem, este boi etc.) O que nas *Categorias*

⁹ Cf. TRENDELENBURG, F. A. *Geschichte der Kategorienlehre: Zwei Abhandlungen*.

¹⁰ REALE, G. *História da filosofia grega e romana, vol. IV: Aristóteles*, p. 40.

não aparece claramente é o fato de que tais indivíduos podem ser identificados – e, por conseguinte, caracterizados como substâncias primeiras – apenas por intermédio dos predicados essenciais, lá denominados “substâncias segundas” (*deuteraí ousiai*).¹¹

Tendo falado até aqui a respeito da predicação, resta tratar da teoria do silogismo (*syllogismos*) e da argumentação. Todo argumento pode ser classificado como indutivo, quando procede do particular ao universal, ou silogístico quando conclui o particular partindo do universal.¹² O silogismo é, por seu turno, o raciocínio mais perfeito, de maneira que para Aristóteles todo o reto argumentar deve ser a ele redutível: mesmo um argumento retórico, como o *entimena*, despido do rigor comum ao discurso científico, é chamado de silogismo retórico e demonstração retórica.¹³ O silogismo é tratado nas duas obras centrais do *Órganon*: os *Primeiros* e *Segundos Analíticos*, naqueles é abordado enquanto estrutura formal de argumentação, nestes enquanto argumentação formalmente válida e também verdadeira em seu conteúdo, nos termos do próprio autor, como silogismo científico. Também os *Tópicos* e as *Refutações sofisticas* tratam da argumentação silogística quando empregada com um escopo dialético.

Num silogismo tem-se duas proposições que servem como premissas e é preciso que daí retire-se uma conclusão que se dê necessariamente e tão somente em decorrência delas, sem a interferência de qualquer outra.¹⁴ Esse seguir-se da conclusão se dá pela relação predicativa existente entre os termos das premissas. Deve haver um termo menor, um médio e um maior, segundo a extensão (do mais particular ao mais universal), que se englobem um ao outro: pelo fato de o termo médio englobar o menor e ser uma especificação do maior, segue-se a ligação entre este e aquele. De “Todo homem é mortal” e “Sócrates é homem” segue-se “Sócrates é mortal” porque o termo maior (mortal) predica o termo médio (homem), que por sua vez se predica do termo menor (Sócrates). Distingue-se também entre premissa maior, que contém o termo maior mais o termo médio; e premissa menor, que contém o termo menor mais o médio; por fim, a conclusão une o termo maior ao menor. Em um silogismo procede-se dedutivamente, isto

¹¹ ANGIÓN, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*, p. 33.

¹² Cf. ARISTÓTELES, *Primeiros Analíticos*, II, 23, 68b1 10; *Segundos Analíticos*, I, 18, 81a38.

¹³ Cf. Id. *Retórica*, I, 1, 1355a 3-18.

¹⁴ É assim que Aristóteles define o silogismo em *Primeiros Analíticos*, I, 1, 24b 15-20.

é, percorrendo do mais universal ao mais particular, de modo a garantir a necessidade da inferência:

Pois o “*aquilo sendo o caso, é necessário isto aqui ser o caso*” não se dá, se apenas uma premissa for assumida, mas se duas, no mínimo; e isso se dá, quando elas possuem um intermediador. Assim, assumindo-se um desse, é necessário que a conclusão seja o caso. (ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*, II, 11, 94a 24).

Nos *Tópicos*, I, 1 e nas *Refutações Sofísticas*, 2, são apresentadas duas listas de tipos de argumentação que se complementam. Os argumentos (*lógoi*) são classificados segundo a finalidade com que são empregados, mas são todos silogismos. Em *Tópicos*, fala-se primeiramente do silogismo científico ou demonstração, cuja finalidade é conhecer o real; em *Refutações* ele é chamado de argumentação didascálica ou didática, pois também tem como finalidade o ensino; também distingue-se das outras argumentações porque suas premissas são verdadeiras e primeiras, não obtidas por meio de anteriores deduções. Contrários aos silogismos científicos são os paralogismos, que falham na sua pretensa cientificidade por não deduzirem a partir de premissas verdadeiras, porque definem erroneamente o objeto da ciência em questão.

Há o silogismo dialético: sua finalidade é prevalecer em discussões e ele se vale de premissas que são *endoxa*, isto é, opiniões gabaritadas por serem sustentadas por todos, pela maioria ou pelos mais proeminentes. A função da dialética para Aristóteles é discutir aquelas opiniões que têm maior probabilidade de ser verdadeiras sobre uma questão que não pode ser respondida com plena certeza; embora o estagirita fale também de uma sua finalidade epistêmica, que diz respeito ao uso que o cientista faz de seus métodos para estabelecer a definição do objeto de sua pesquisa e, assim, os princípios mesmos de sua ciência.¹⁵ Os silogismos dialéticos podem ser divididos em dois: as confutações

¹⁵ Aristóteles se expressa sobre isso nos seguintes termos: “[...] quanto, enfim, aos conhecimentos filosóficos, porque, sendo capazes de analisar qualquer dificuldade em ambos os sentidos possíveis, mais facilmente detectaremos em cada *questão* onde está a verdade e onde o erro. Além disso ajudar-nos-á a discernir os princípios básicos de cada ramo do conhecimento. É que, partindo dos princípios de uma determinada ciência, nada é possível dizer acerca destes, já que os princípios têm precedência absoluta sobre tudo. Por isso mesmo, para podermos dizer alguma coisa sobre *esses princípios*, temos necessariamente de recorrer a *opiniões* geralmente aceites sobre cada um deles. Esta *atividade* é uma propriedade da dialética, ou, pelo menos, é a ela especialmente adequada, dado que, sendo uma atividade que tem por fim a investigação, fornece o caminho para atingir os princípios *comuns* a todos os métodos” (*Tópicos*, I, 2, 101a-101b, grifo do autor).

(*élenkhos*),¹⁶ que obtêm uma conclusão contraditória em relação a uma afirmação que se quer negar; e os peirásticos (*peirastikaí*) ou ensaístas, ou ainda, críticos,¹⁷ que põem à prova as afirmações feitas por um oponente em uma disputa dialética, tentando deduzir a partir delas conclusões absurdas, o que se faz necessário quando o mesmo oponente argumenta eristicamente. Oposto ao silogismo dialético é o silogismo erístico: sua finalidade é prevalecer na discussão enganando e abrindo mão da validade formal da dedução ou da aptidão das premissas, que podem ser falsas *endoxa*, não gabaritadas para tanto.

A argumentação, em todas as suas formas, constitui um tipo específico de atividade do pensamento, chamado *dianoia*. O pensamento dianoético é aquele que discorre de um juízo a outro, ou seja, no qual o conhecimento da verdade de uma proposição é causa do conhecimento da verdade de outra. Tal procedimento intelectual, no entanto, encontra-se carente de fundamentação: não se pode retroceder ao infinito na busca de verdades que sempre fundamentem outras, nem demonstrar em círculo, como Aristóteles prova em *Segundos Analíticos*, I, 3. É necessário alcançar as primeiras verdades que, não sendo elas mesmas fundamentadas, não são obtidas pela atividade dianoética. O pensamento que alcança tais verdades é chamado de *noús* (inteligência, intelecto ou intelecção), é um conhecimento imediato, intuitivo: “[...] o princípio da demonstração não é demonstração, de modo que nem o princípio da ciência é ciência. Pois bem: se não dispomos de nenhum outro gênero verdadeiro além da ciência, é a inteligência [*noús*] que é princípio da ciência” (ARISTÓTELES, *Segundos Analíticos*, II, 19, 100b 5). Por ser causa sua, o pensamento noético é superior e mais excelente que o dianoético: “[...] uma vez que nenhum outro gênero é mais exato que a ciência, a não ser a inteligência [*noús*], e que os princípios propiciam mais conhecimento do que as demonstrações [...]” (Ibid.).

Influências pré-socrática e platônica recebidas pela lógica aristotélica

¹⁶ Não são mencionadas nas listas dos *Tópicos* e das *Refutações*, mas em outros lugares, como Em *Refutações Sofísticas* 1, 165a 1-5.

¹⁷ Mencionados apenas na lista de *Refutações Sofísticas* 2.

Quanto à originalidade das pesquisas realizadas por Aristóteles no campo da lógica, ao menos para o que concerne ao âmbito da teoria da argumentação, o próprio o diz: “Quanto a este estudo, ao invés, não é que uma parte estivera previamente elaborada e outra não, senão que não havia nada em absoluto” (*Refutações Sofísticas*, 34, 183b 34-36, tradução nossa). Isso não significa que os homens antes de Aristóteles não tenham argumentado validamente, mas que o fizeram sem uma consciência crítico-teórica das estruturas normativas da argumentação. A analítica é, portanto, o amadurecimento daquela prática discursiva presente nos filósofos precedentes, com a novidade de que, em Aristóteles, ganha o rigor que é próprio de um método submetido a uma teorização prévia que é abrangente e ordenada. Conforme afirma Giovanni Reale:

Enfim, devemos recordar, para não deixar escapar o sentido histórico da lógica aristotélica, que ela nasceu de uma reflexão em torno aos procedimentos que os filósofos precedentes tinham atuado, principalmente (como se viu) a partir dos sofistas, e, sobretudo, em torno do procedimento socrático, especialmente como foi ampliado e aprofundado por Platão. [...] A lógica aristotélica tem uma gênese tipicamente filosófica: ela assinala o momento no qual o logos filosófico, depois de ter amadurecido completamente através da estruturação de todos os problemas, como vimos, torna-se capaz de pôr-se a si mesmo e ao próprio modo de proceder como problema e assim, depois de ter aprendido a raciocinar, chega a estabelecer o que é a própria razão, ou seja, como se raciocina, quando e sobre o que é possível raciocinar.¹⁸

A lógica na antiguidade tem um enfoque profundamente ontológico e, de fato, surge como desdobramento da descoberta do ser por Parmênides de Eleia (séc. VI-V a.C); com ele, a cosmologia dos filósofos da *physis* se converte em ontologia. De sua obra, restam ainda fragmentos do poema *Sobre a natureza*, no qual são apresentados três caminhos: o da verdade absoluta que se obtém pela razão, e o da opinião (*doxa*), que pode ser a via dos sentidos e, por isso, da mera aparência e do erro, ou ainda um caminho intermédio no qual se encontra alguma plausibilidade, mas sem a segurança da verdade.¹⁹ Tal diferenciação encontrou fecundos desenvolvimentos em Platão, que estabeleceu a dialética como o caminho da *epistème* (ciência) fora do âmbito sensível, ao lado do

¹⁸ REALE, G. *História da filosofia grega e romana, vol. IV: Aristóteles*, p. 144.

¹⁹ Cf. Id. *História da filosofia grega e romana, vol. I: Pré-socráticos e Orfismo*, p. 108-116.

caminho da *doxa* (opinião) baseado nos sentidos.²⁰ Também influenciou Aristóteles, no que diz respeito às premissas do silogismo científico, que são verdadeiras, e às do silogismo dialético, que são opiniões plausíveis.

Para Parmênides, a primeira via conhece o que de fato é por meio de uma lógica da identidade que exclui qualquer diversidade ontológica como uma contradição que atenta contra a perfeita unidade do ser: o ser é e não pode não ser.²¹ Segundo esse princípio, a diferença entre os seres não é entendida como um ser-outro (da forma como sugeriram Platão e Aristóteles), mas como puro não-ser: logo, se aquilo que é não pode não ser, não pode haver nele qualquer diversidade; o ser é uno, o que quer dizer homogêneo e imóvel. Essa negação radical do não-ser produziu uma praxe filosófica que enfatizava a confutação por demonstração de contradição. Os filósofos eleáticos, discípulos de Parmênides, desenvolveram argumentos que demonstravam a contraditoriedade da existência do movimento e da diversidade dos seres. O primeiro deles, Zenão de Eleia (séc. VI-V a.C.), pode ser considerado o fundador da dialética. Encontra-se aqui a raiz dos argumentos confutativos e peirásticos teorizados por Aristóteles em *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*.

A erística, no entanto, igualmente considerada por Aristóteles nos dois tratados dialéticos supracitados, tem sua origem numa deturpação do método zenoniano por parte dos sofistas. Um desdobramento mais positivo da dialética se dá com Sócrates (470/469-399 a.C.) que a transplanta definitivamente para o ambiente da conversação. O método dialético socrático consiste, substancialmente, de dois momentos: a confutação, quando o interlocutor é levado a concluir, ele mesmo, o absurdo de sua tese em face às perguntas que lhe são feitas, e a maiêutica, quando é levado a “dar à luz” a verdade que já está presente em sua alma, chegando ele mesmo a inferi-la, guiado mais uma vez por sucessivas interrogações. É, pois, o maior aluno de Sócrates, Platão, quem mais dará

²⁰ Cf. Id. *História da filosofia grega e romana, vol. III: Platão*, p. 161-164. Platão expressa a doutrina em um de seus diálogos da seguinte forma: “É evidente que concordamos em que a opinião é diferente da ciência. [...] A ciência sem dúvida que se aplica ao Ser [...] E a opinião, diremos nós, a julgar pelas aparências?” (*A República*, V, 478a).

²¹ O filósofo eleático o afirma com estas palavras: “[...] os únicos caminhos de investigação que há para pensar:/ um que é, que não é para não ser,/ é caminho de confiança (pois acompanha a verdade);/ o outro que não é, que tem de não ser [...]” (PARMÊNIDES, *Sobre a Natureza*, DK 1 B2:1-5).

relevo ao papel da dialética e quem mais influenciará o desenvolvimento da lógica aristotélica.

Como visto, o conhecimento, para Platão, pode se dar de duas maneiras: como *epistème* ou como *doxa*. Para Platão, assim como para os eleatas, o conhecimento está estruturalmente conectado ao ser: “[...] o conhecimento é proporcional ao ser, de modo que somente o que é plenamente ser é perfeitamente cognoscível, o não ser é absolutamente incognoscível”.²² O plano metafísico é ser no sentido mais pleno; o mundo físico possui um ser instável, em função da mutabilidade da substância material. Consequentemente, deste último só pode haver um conhecimento incerto, uma opinião. Do mundo transcendente das Ideias, isto é, das realidades puramente inteligíveis, é possível um conhecimento certo, que Platão chama de ciência e que se subdivide em dois tipos: *dianoia*, que consiste em conhecer as verdades matemático-geométricas, e *noesis*, que é o saber das Ideias mediado pela dialética.²³

No que diz respeito ao procedimento dialético proposto por Platão, mais uma vez a teoria do conhecimento reflete o arranjo ontológico do real. O cosmo platônico, como retratado no *Timeu*, é uma estrutura hierárquica piramidal descendente que tem sua causa primeira na Ideia suprema do Bem, à qual seguem as demais Ideias, multiplicando-se entre si até chegar às realidades visíveis, as mais baixas. Assim, a dialética, que é conhecimento dessas mesmas Ideias deve poder reproduzir a estrutura predicativa que as conecta. As Ideias correspondem àqueles mesmos conceitos universais, genéricos, dos quais dirá Aristóteles que são as essências das coisas: “[...] há, de cada coisa, um gênero, uma essência em si e por si [...]” (PLATÃO, *Parmênides* 135 a). As Ideias predicam umas às outras enquanto podem ser gêneros e espécies umas das outras. A distinção feita por Aristóteles entre gênero e diferença específica já está virtualmente presente em Platão,²⁴ e sua dialética consiste em apreender a partir das ideias mais gerais aquelas que as especificam e vice-versa:

Hóspede de Eleia – O acto de fazer divisões segundo os géneros e de não considerar a mesma forma diferente, ou outra a mesma, acaso diremos que não é da ciência dialética?

Teeteto – Sim, diremos.

²² REALE, G. *História da filosofia grega e romana*, vol. III: *Platão*, p. 161.

²³ Cf. PLATÃO, *A República*, VI, 510b-511e.

²⁴ Cf. Id. *Político*, 261 e-263 a.

Hóspede de Eleia – Pois bem, o que é capaz de fazer isso percebe suficientemente uma forma através de muitas, estando uma disposta, separada de cada uma, estendida por tudo, e muitas formas diferentes, contidas entre si por uma só de fora, e uma estendendo-se através de muitos todos, ajustados em conjunto numa forma só; e muitas formas separadas em tudo. Isso é saber e ser capaz de discernir cada coisa que comunga e cada coisa que não comunga segundo o género. Teeteto – Então, é assim de todo o modo. (Id. *Sofista*, 253 d-e).

Com efeito, essa dialética consiste em dois procedimentos: *diaíresis* ou divisão: “[...] dividir as ideias pelas articulações naturais [...]” (Id. *Fedro*, 265 e); e *synagogé* ou recondução: “[...] concentrar numa ideia única, por meio de uma visão de conjunto, os elementos dispersos [...]” (Ibid. 265 d). Platão conclui a explicação dessas duas operações dizendo:

Eis aqui, Fedro, o de que me declaro apaixonado: esse processo de divisões e aproximações. Com isso aprendo a falar e a pensar. E se encontro alguém que se me afigura com a aptidão de dirigir a vista para a unidade e a multiplicidade naturais, sigo-lhe o rasto tal como se um deus ele fosse. Quem for capaz de semelhante coisa – só Deus sabe se estou ou não com razão – mas, até ao presente dou-lhe o nome de dialético. (Ibid. 266 b-c).

Encontra-se aqui, em última análise, a raiz da teoria aristotélica da predicação. Já está presente a doutrina do género e da espécie e a possibilidade de progredir na recondução das ideias até um género máximo, que para Platão é a Ideia de Bem e para Aristóteles são as categorias. Contudo, para aqueles que defendem a existência da doutrina platônica dos Princípios, presente na tradição não escrita do filósofo ateniense, o Bem identifica-se com o Princípio do Uno.²⁵ Para Aristóteles, no entanto, o bem não é o Uno nem um princípio generalíssimo, mas a causa final de qualquer coisa: “[...] num quarto sentido, dizemos que causa é o oposto do último sentido, ou seja, é o fim e o bem” (*Metafísica*, I, 3, 983a 30).²⁶ Por outro lado, ele defende que o Uno, assim como o Ser, é um princípio análogo, portanto, generalíssimo, presente em todos os seres segundo as figuras de todas as categorias: “[...] toda e qualquer coisa é um «ente» e é «una», pelo que

²⁵ Cf. REALE, G. *Para uma nova interpretação de Platão: Releitura da metafísica dos grandes diálogos à luz das “Doutrinas não-escritas”*, p. 256-262.

²⁶ Também o diz na *Física*: “Certas coisas, por sua vez, são causas como o acabamento e o bem de outras: aquilo *em vista de que* outras coisas se dão é o melhor e tende a ser o acabamento delas (não faz nenhuma diferença dizer o bem em si mesmo ou aquilo que se julga um bem)” (*Física*, II, 3, 195a 15, grifo do autor).

nenhum destes *predicados* pode ser género do outro, visto que têm idêntica extensão” (Id. *Tópicos*, IV, 1, 121b, grifo do autor).

Além disso, é na necessidade de estabelecer ou negar o nexó predicativo entre as Ideias que se encontra a gênese da noção aristotélica da predicação como afirmação de um predicado a um sujeito, bem como a dos modos de predicação (essencial e por concomitância) e dos predicamentos, expostos acima. Enrico Berti comenta:

Naturalmente, quem sabe fazer isso [a divisão e a recondução] também está em condições de captar o princípio em virtude do qual as ideias se comunicam, ou seja, o “Ser”, que funciona como cópula do juízo afirmativo, justamente aquele no qual uma ideia se predica de outra; como também está em condições de captar o princípio em virtude do qual as ideias se excluem, ou seja, o “Não-ser”, a negação presente no juízo no qual uma ideia é negada por outra. O primeiro, esclarece Platão, compreende tanto a simples ligação de predicação quanto a autêntica ligação de identidade, caso em que se especifica como o “idêntico”; ao passo que o segundo, enquanto expressa simplesmente exclusão, ou seja, a diferença, não deve ser confundido com o não-ser absoluto, mas coincide com o assim chamado “diferente”. Compreendidos desse modo, o Ser e o Não-ser constituem os dois princípios por meio dos quais é possível unir e dividir entre eles todas as ideias, ou seja, os dois princípios fundamentais da dialética e da própria realidade.²⁷

Quanto à doutrina do silogismo: “O elemento mais original focalizado por Aristóteles constituía-se pelo procedimento silogístico, que na formulação aristotélica não se encontrava em nenhuma abordagem precedente”.²⁸ Isso não significa, no entanto, que seja imune à influência de seus predecessores. Mais uma vez, deve-se recorrer à dialética platônica: o nexó existente entre uma ideia e outra pode mediar a relação entre uma delas e ainda uma terceira; como dito anteriormente, é isso o que acontece no silogismo, no qual a conclusão estabelece a conexão entre dois termos que, nas premissas, aparecem ambos predicados por um terceiro, chamado de termo médio ou intermediador. Além disso, a estrutura formal e a linguagem técnica do silogismo em geral, bem como da própria ciência demonstrativa, deve muito aos acadêmicos, em especial a Eudoxo de Cnido (408-355 a.C.) e seus discípulos, por suas pesquisas matemáticas:

Aliás, o leitor dos *Segundos analíticos*, nos quais tal tipo de ciência é teorizada, notará que a maior parte dos exemplos e termos dos quais

²⁷ BERTI, E. *Perfil de Aristóteles*, p. 36.

²⁸ *Ibid.* p. 81.

Aristóteles se serve são extraídos da geometria, a primeira ciência descoberta pelos gregos e também a única que atingiu, no tempo de Aristóteles, aquilo que hoje denominamos um estatuto epistemológico quase definitivo, graças ao impulso que recebera sobretudo no seio da Academia platônica por obra de matemáticos como Eudoxo, Teeteto e o próprio Platão. [...] Além disso, não é casual que a realização plena das indicações contidas nos *Segundos analíticos* encontre-se nos *Elementos* de Euclides, não porque Euclides dependa de Aristóteles, ao qual é mesmo posterior em alguns anos, mas porque também ele apenas sistematiza uma geometria já existente no tempo de Aristóteles e elaborada, em grande parte, por Eudoxo.²⁹

Considerações finais

A dialética surge no âmbito da especulação grega como desdobramento da descoberta do ser pelos filósofos eleáticos: inicialmente com a necessidade de defender a homogeneidade e imutabilidade do ser parmenidiano; posteriormente, com Platão, para explicar os nexos predicativos do ser das Ideias transcendentais. Aristóteles opera mudanças nesse campo do saber referente ao método e ao discurso, de modo a engendrar sua lógica ou analítico, especialmente, sua teoria da predicação e do silogismo. Da ontologia eleática ele preserva a ênfase na correspondência entre o real e o pensado, comum, aliás, a praticamente toda a especulação antiga. De Sócrates, preserva a importância da argumentação dialética como confronto e debate de diferentes teses a respeito de um mesmo objeto. Da dialética platônica, a principal influência recebida por Aristóteles durante as duas décadas de sua vida transcorridas na Academia, em Atenas, o filósofo recebeu conceitos como os de gênero, espécie, essência, que foram indispensáveis para a formação de sua doutrina da predicação essencial e accidental.

Além disso, a *synagogé* platônica e a sua consequência metafísica em englobar todas as Ideias na Ideia suprema do Bem, foi condição indispensável para o desenvolvimento da doutrina das categorias, os gêneros máximos aos quais é reconduzido o ser em suas várias acepções; que são todas referentes, cada uma a seu modo, à categoria da substância, já que tudo o que é, ou é substância, ou uma de suas afecções. Quanto à teoria da argumentação silogística, é mister compreendê-la como consequência e implicação da teoria da predicação, uma vez que a interação entre as premissas do

²⁹ Id. *As razões de Aristóteles*, p. 10-11.

silogismo e a conclusão só é possível por conta da análise da extensão dos termos contidos nessas proposições, das coisas “ditas sem complexão”, de como se englobam umas às outras.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Categorias*. São Paulo: Editora Unesp, 2019
- ARISTÓTELES. *Física I-II*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*: ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Vol. II. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*: Livro I. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2004.
- ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*: Livro II. 2. ed. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2004.
- ARISTÓTELES. *Tópicos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- ARISTÓTELES. *Tratados de lógica (órganon) - I*. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- ANGIONI, Lucas. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BERTI, Enrico. *Perfil de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PARMÊNIDES. *Da Natureza*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PLATÃO. *A República*. 15 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- PLATÃO. *Diálogos, vol. V: Fedro, Cartas, O Primeiro Alcibiades*. Universidade Federal do Pará, 1975.
- PLATÃO. *O Sofista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- PLATÃO. *Parmênides*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- PLATÃO. *Timeu-Crítion*. Coimbra: Fundação para a Ciência e a Tecnologia-Ministério da Educação e da Tecnologia, 2011.
- PLATÓN. *Diálogos, vol. V: Parmênides, Teeteto, Sofista, Político*. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1988.

REALE, Giovanni. *História da filosofia grega e romana, vol. I: Pré-socráticos e Orfismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

REALE, Giovanni. *História da filosofia grega e romana, vol. III: Platão*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

REALE, Giovanni. *História da filosofia grega e romana, vol. IV: Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

REALE, Giovanni. *Para uma nova interpretação de Platão: Releitura da metafísica dos grandes diálogos à luz das “Doutrinas não-escritas”*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ROSS, Sir David. *Aristóteles*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

TRENDELENBURG, Friedrich Adolf. *Geschichte der Kategorienlehre: Zwei Abhandlungen*. Berlin: Verlag Von G. Bethge, 1846.